



O PLANEJAMENTO AMBIENTAL E EXPLORATÓRIO NO BIOMA CERRADO

AMBIENT PLANNING IN BIOMA OPEN PASTUR

Por:

Karl Marx de Medeiros

E-Revista Facitec, v.1 n.1, Art.3, março. 2007.

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não comercial.

Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistafacitec@facitec.br.

A e-Revista Facitec é a revista eletrônica da FACITEC, totalmente aberta, inaugurada em Janeiro de 2007, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes. Para mais informações consulte o site

www.facitec.br/erevista.



O PLANEJAMENTO AMBIENTAL E EXPLORATÓRIO NO BIOMA CERRADO

AMBIENT PLANNING IN BIOMA OPEN PASTUR

Resumo

O presente artigo através de uma análise histórica procura levantar a discussão sobre o planejamento ambiental no bioma cerrado, e suas implicações econômicas e políticas, frente ao paradigma do modelo de desenvolvimento capitalista. Como esse modelo foi implantado no Brasil nos últimos cinquenta anos, transformando o cerrado em uma área de exploração agrícola, gerando como consequência, a retirada de aproximadamente 43% da sua cobertura vegetal natural, e suas implicações para o meio ambiente, que hoje repensa novas alternativas para exploração econômica com sustentabilidade.

Palavras-chave: Ambiente, Planejamento, Sustentabilidade

Abstract

The present article through a historical analysis search to raise the quarrel on the ambient planning in bioma open pasture, and its economic implications and politics, front to the paradigm of the model of capitalist development. As this model was implanted in Brazil in last the fifty years, transforming the open pasture into an area of agricultural exploration, generating as consequence, the withdrawal of approximately 43% of its natural vegetal covering, and its implications for the environment, that today rethink new alternatives for economic exploration with sustentabilidade.

Key words: Ambient, planning, sustentabilidade



INTRODUÇÃO

O engenheiro e especialista em gestão ambiental, José Maurício de Souza Pádua, vendo o que resta do nosso cerrado, cerca de 43%, afirmou: "O Manejo florestal de baixo impacto é uma solução para o presente"¹.

Diante dessa preocupação, devemos levar em consideração que o cultivo da soja no cerrado poderá agravar a situação, segundo estudos publicados pela WWF – Organização de Conservação Global, da qual a WWF-Brasil faz parte. Estima-se que 22 milhões de hectares, correspondentes a 220 milhões de quilômetros quadrados de florestas e de cerrados, serão destruídos na América do Sul até 2020. A proposta é que se faça intercalação do cultivo da soja com a criação de gado nas pastagens existentes, em substituição a novas áreas agrícolas, e, com isso, preservariam as florestas e cerrados que se encontram de pé e que constituem valioso habitat.

UM ENFOQUE QUE AVANÇA FRONTEIRAS

A definição de desenvolvimento sustentável foi inserida na pauta política internacional durante a Conferência de Cúpula Rio-92. Segundo a Agenda 21, essa definição atinge a dimensão econômica e também a social e a ambiental, tendo implicações sobre aspectos éticos, culturais e institucionais. Entendemos a sustentabilidade como desenvolvimento que não compromete o potencial de recursos existentes como garantia pra as gerações futuras.

1. Revista agro Exame, edição especial, parte integrante da Exame edição 825 p.76



O planeta vive uma crise ambiental marcada profundamente por grandes impactos ambientais de natureza global. As mudanças climáticas e a poluição de recursos hídricos, que resultam na perda da biodiversidade, aprofundaram as desigualdades sociais nos últimos cinquenta anos, nos países situados nos espaços periféricos das economias centrais, considerados amostras da crise atual.

É difícil que haja uma reversão total, a longo prazo, no estilo de vida que o capitalismo industrial criou com ampliação da prática de sustentabilidade:

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (FURTADO, 2001, p.36).

O neoliberalismo transvestido continua apostando suas fichas na capacidade de auto-regulação do mercado. É liberal no mercado e conservador com relação às políticas sociais. A pobreza é vista como resultado da preguiça. O Estado mínimo acredita nessa visão conservadora e cada vez mais reduz os investimentos no social, realizando cortes considerados drásticos. Essa realidade reflete-se na destruição ambiental com uma capacidade destruidora incontrolável. A justiça social foi enterrada. E como pode haver sustentabilidade sem política social, se o Estado decide ser aliado dessa destruição considerada criadora. É necessário quebrar esse paradigma, construindo uma nova sociedade com suporte ambiental.

As elites mundiais perpetuam um sistema de desigualdade favorecendo as elites periféricas, garantidoras, por seu lado, da continuidade do sistema dominante nos países menos desenvolvidos (WALLERSTEIN, 2003, p.33).

O conceito de sustentabilidade passa no contexto brasileiro e, especialmente, na região em estudo, por uma reforma agrária com apoio à agricultura familiar, somando-se ao cooperativismo de pequenos produtores.



Esse conceito de desenvolvimento incluyente e sustentável parte de um imperativo ético de solidariedade com a geração presente, e isso nos remete ao problema da justiça social e à busca de caminhos que gerem a inclusão social pelo trabalho decente (SACHS, 2005, p. 253).

A região, historicamente, é dotada de grandes fazendas cuja ocupação vem desde o século XIX, tempo em que não se falava em sustentabilidade. Nesse sentido, estamos diante de um novo paradigma de planejamento voltado para um novo desenvolvimento, com o potencial de estremecer as bases do capitalismo, de forma com que o mercado venha a ser regulado pela capacidade de suporte do planeta.

O Protocolo de Kyoto, do qual o Brasil é signatário, demonstra isso. No final de 2004 e início de 2005 teve chance de ser efetivado. Quanto à biodiversidade, também somos signatários desde a reunião do Rio, em 1992. Constituímo-nos em detentores da maior diversidade biológica do planeta e não dispomos ainda de um quadro regulatório para acesso a recursos genéticos. Outra prioridade é a questão da água, que se torna um recurso estratégico e vital, mais até do que o petróleo. O Brasil é, privilegiadamente, detentor desse recurso com um quinto das reservas mundiais. Essa é uma questão que envolve mudança climática e de toda a biodiversidade.

Enquanto política de governo, há inércia diante do desmatamento que ocorre no bioma cerrado, somando-se aos incêndios, que tiveram um aumento substancial nas últimas décadas, chegando a 13% em todo o país. O desmatamento aumenta a quantidade de matéria orgânica seca, que acaba servindo de combustível para os incêndios.

O crescimento econômico que se desenvolve na região Centro-Oeste, principalmente, de forma acelerada na década de 70, não vê limites. A exploração do plantio de grãos substitui valiosas riquezas naturais por vastas planícies de lavoura. Isso nos faz retomar a conferência de Estocolmo, quando surgem duas correntes opostas: os que previam a abundância (*the cornucopians*) e os catastrofistas



(*doomsayers*). O que vamos observar na expansão do que fica conhecido como fronteira agrícola na região do cerrado é que:

Os primeiros consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização para alcançar os países desenvolvidos, do outro lado os pessimistas que anunciavam o apocalipse para o dia seguinte (SACHS, 2002, p. 258).

Essa argumentação se materializou, evoluindo para o *agrobusiness*, que hoje contribui para uma balança comercial favorável com redução de mão-de-obra e acelerada mecanização. Com isso o cerrado tem sido retirado para que avance a fronteira agrícola. O Brasil foi transformado numa potência do agronegócio e só foi possível com o trabalho de pesquisa desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA, fundada em 1973, reconhecida como o mais importante centro de referência em agricultura tropical do mundo. Para o cientista americano Norman Borlaug, tido como “o pai da revolução verde”, o principal legado da EMBRAPA foi dar viabilidade à agricultura no cerrado com uma vasta área de 204 milhões de hectares correspondente aos territórios do México e três vezes o da França.

Antes, visto como infértil, o cerrado tornou-se a maior fronteira agrícola do planeta. Há trinta anos uma extensa faixa se estendia por quinze Estados com pequenas lavouras de arroz e uma reduzida atividade agropecuária de caráter extensivo e de ralas pastagens. Hoje, tem um papel significativo para a economia do país, com 40% do rebanho bovino, sendo grande parte exportada, produzindo metade da safra nacional de grãos, possui também lavouras de algodão, o ouro branco que também cobre o cerrado, girassol, trigo e hortifrutis.

E nesse contexto a EMBRAPA teve significativa importância tecnológica no século passado para que essa realidade se materializasse. A correção do solo, originalmente muito ácido e arenoso, teve que ser feita depois de longos estudos. A inovação na criação de variedades resistentes a pragas, novas técnicas de plantio e adequação ao clima –



destaca-se a tropicalização e adequação da soja, produto que até então era cultivado em regiões de clima temperado e dado o crescimento da demanda mundial, que cresceu geometricamente, foi possível sua adequação ao solo e ao clima do cerrado – com isso, vastas áreas do cerrado foram retiradas para dar lugar às paisagens de plantação de grãos.

Ao se discutir a sustentabilidade ambiental, observamos, na realidade das grandes plantações que se espalham ao longo das rodovias que cortam o cerrado, a permanência de pequenos nichos de florestas em áreas de nascentes, com suas galerias e matas ciliares, apresentando-se como retratos do que no passado foi um verdadeiro bioma do cerrado, agora miniaturizado e cercado de grãos.

Esse projeto de desenvolvimento insustentável ocorre no período do milagre econômico do Brasil “Ame-o ou Deixe-o”, no ciclo militar (1964-1985), retrocedendo ao período de 1937 a 1945, quando Getúlio Dornes Vargas, Presidente da República, criou o jargão ufanista de que o Brasil seria o principal “celeiro do mundo”. E essa conotação desenvolvimentista se concretizou em toda a região do cerrado.

A diversificação e utilização de produtos químicos nas plantações são fatores que contribuem para a poluição do solo e da água. As pesquisas feitas no passado nos mostram até que ponto as sementes geneticamente modificadas podem, junto com novos agrotóxicos, prejudicar a saúde humana.

Where do pesticides fit into picture of environmental disease? We have seen that they now contaminate soil, water, and food, that they the power to make our streams fishless and our gardens and woodlands silent and birdless. Man, however much he may like to pretend the contrary, is part of nature (CARSON, 1962, p.331).

Cerca de 20.000 km² de cerrado são destruídos todos os anos para dar lugar ao cultivo de soja, trigo e algodão. Isso equivale a 2,6 campos de futebol por minuto, segundo o biólogo Ricardo Machado, da ONG Conservação Internacional:



Comparando imagens de satélite de 2002 com dados de 1992. Naquele ano, 49% da área total do cerrado tinham sido destruídas. Em 2002 a devastação chegou a 54%, nesse ritmo o cerrado poderá acabar em 2030, dando lugar a áreas agrícolas e urbanas (MACHADO, 2002, p.25).

Poderá haver a reversão desse quadro com a aplicação da legislação ambiental. O cerrado pode sumir, mas poderá ressurgir no lugar da floresta amazônica se esta for destruída. O planalto central é uma espécie de "caixa-d-água", de onde escoam riachos e rios para as bacias dos rios Amazonas, Tocantins, Parnaíba, São Francisco, Paraná e Paraguai.

A transferência da capital do país para o planalto central concretiza o pensamento do marechal Cândido Mariano Rondon: "Integrar para não entregar". Nos anos seguintes o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira reafirma essa intenção, pois, para ele, "A criação de Brasília, a interiorização do governo, foi um ato democrático e irretroatável de ocupação efetiva do nosso vazio territorial". A pressão urbana e o rápido estabelecimento de atividades agrícolas na região vêm reduzindo rapidamente a biodiversidade destes ecossistemas. Até meados de 1960, as atividades agrícolas no cerrado eram bastante limitadas, direcionadas, principalmente, à produção extensiva de gado de corte, para subsistência ou para o mercado local, uma vez que os solos de cerrado eram naturalmente inférteis para a produção agrícola. Após esse período, porém, o crescimento urbano e industrial da região Sudeste forçou a agricultura para o Centro-oeste.

A mudança da capital do País para Brasília foi outro foco de atração de população para a região central. De 1975 até o início dos anos 80, muitos programas governamentais foram lançados com o propósito de estimular o desenvolvimento da região do cerrado, mediante subsídios para o estabelecimento de fazendas e melhorias tecnológicas para a agricultura, tendo, como resultado, um aumento significativo na produção agropecuária. Atualmente, "A região do cerrado contribui com mais de 70% da produção de carne bovina do País" (CORRÊA, 1989, p.89).



E com a irrigação e técnicas de correção do solo, tornou-se importante centro de produção de grãos. Grandes extensões de cerrado são ainda utilizadas na produção de polpa de celulose para a indústria de papel, com o cultivo de várias espécies de *Eucalyptus* e *Pinus*, mas ainda como uma atividade secundária.

Frequentemente, a causa ambiental confunde-se com uma postura contra o capitalismo. Essa divisão de idéias se manifesta entre conservacionistas e ambientalistas. O segundo grupo advoga um capitalismo natural que levaria à criação de uma nova revolução industrial, rompendo o paradigma antigo de que os recursos naturais são inesgotáveis. Quando se trata da economia de material, temos o seguinte exemplo:

Se todos, na sociedade, devem ter uma coisa qualquer, quantas dessas coisas é preciso fazer por ano? Apenas o suficiente para acomodar o número que se quebra, se desgasta ou se perde, mas o necessário para atender ao crescimento do número de pessoas. Uma variável decisiva nos níveis de produção é, naturalmente, quanto tempo esse bem dura (HAWKEN, 2002, p, 333).

Quebrar o paradigma capitalista de que a acumulação é seu principal objetivo leva a um confronto inevitável, pondo de um lado os interesses voltados para a geração de riquezas e do outro a resistência ambiental com sua legislação, considerada de boa qualidade, mas um entrave ao crescimento econômico, dada a demora na liberação e obtenção de licenças, uma vez que aqui é o processo de liberação é mais demorado que em outros países. Atribui-se a causa desse conflito ao fato de o Brasil, primeiramente, ter criado uma das legislações mais avançadas do mundo e somente depois é que se deu o desenvolvimento, o que contrariamente ocorreu nos países desenvolvidos, tendo a legislação vindo tardiamente.

No caso brasileiro, tivemos um longo período de colonização, cujo processo de exploração teve caráter exploratório e extrativo, inicialmente, com o pau-brasil, levando como consequência a destruição de nossa mata atlântica e, posteriormente, essa exploração foi ampliada com o uso de



mão-de-obra escrava, por três séculos e meio, tudo isso com a participação e orientação da Coroa portuguesa.

A legislação ambiental no Brasil é tida por alguns segmentos da sociedade como impeditiva do desenvolvimento. Acusam a burocracia como causadora da confusão no andamento dos processos.

Esse processo, às vezes, é atropelado por interpelações do IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, que em seus pareceres atribui competência às Secretarias do Meio Ambiente Estadual, e outras vezes é interpelado por ação civil pública do Ministério Público Federal, solicitando ao IBAMA que acompanhe e analise os projetos, provocando o retardamento e a suspensão de obras e atrasos na emissão e liberação para a execução dos projetos.

O IBAMA tem duas atribuições básicas que são conflitantes: uma é zelar pela preservação do meio ambiente, outra é conceder licenças para a realização de obras. De um lado precisa pensar de maneira ecologicamente e ambientalmente radicais, buscando defender a biodiversidade do homem, de outro, ter uma visão de investidor.

O ideal talvez seja separar essas duas atribuições, tendo um órgão para defender os nossos biomas, e outro que seja responsável pela concessão de licenças. O paradigma capitalista de desenvolvimento e acumulação de riquezas se choca permanentemente com a atuação dos ambientalistas e conservacionistas, tanto ideologicamente quanto instrumentalmente, na medida em que o Estado apresenta um duplo papel de fiscalizador e estimulador de desenvolvimento.

A sede de crescimento se esgota no pagamento que o país tem que realizar, o que tem sido motivo de esgotamento da nossa riqueza natural. A necessidade de cada vez mais exportar é uma ciranda nefasta que pode ameaçar o nosso bioma cerrado. A expansão do agronegócio nessa região tem contribuído para a nossa balança comercial, cujo superávit é totalmente absorvido pelo endividamento externo.

Mas, por outro lado fica caracterizada a falta de planejamento. Com a valorização do real em relação ao dólar nos últimos anos, os produtores



passaram a ter dificuldades. O BNDES foi obrigado a prorrogar o pagamento dos empréstimos tomados. Isso demonstra a nossa vulnerabilidade no mercado internacional. A valorização do real reduz a renda das exportações. O fortalecimento da moeda nacional, a alta do petróleo, o aumento da demanda internacional por minérios e matérias-primas para a produção de fertilizantes químicos jogam os preços para cima. A queda na cotação das "commodities" agrícolas, muito influenciada pela supersafra americana, que também provoca uma redução das exportações brasileiras, a elevação dos custos de nossos portos, a alta do preço do aço, de que são fabricadas nossas máquinas agrícolas, a seca em algumas regiões, não só no bioma cerrado mas em outras regiões em decorrência do efeito estufa, são complicadores na administração da economia brasileira. Não queremos transformar a discussão do planejamento exploratório do bioma cerrado numa questão agrícola, não é essa a questão, mas reflete a ausência de planejamento no Brasil, comum também na questão ambiental. O nosso modelo de desenvolvimento é dependente dos fatores externos, tanto de caráter tecnológico quanto financeiro e mercadológico.

A ideologia de consumo da elite brasileira leva a mais devastação ambiental com aumento da produção de lixo industrializado, ameaçando os mananciais e florestas, tudo como consequência de uma

Estrutura agrária que está na origem da reprodução e ampliação das desigualdades sociais, transportadas do campo para a cidade; o patrimonialismo da grande empresa industrial, o rentismo do sistema bancário, a eterna revolta contra o pagamento de impostos por parte dos endinheirados (BELLUZZO, 2004, p.128).

Com uma visão contrária:

Não vamos misturar as coisas. O agronegócio é o negócio mais importante do país. Representa 34% do PIB nacional, gera 37% dos empregos, é responsável por 42% das exportações brasileiras. É o setor superavitário na balança comercial, que garante o superávit nacional como um todo (RODRIGUES, 2004, p.38).



No início da década de 70, predominava a idéia de que o cerrado não tinha nenhuma capacidade de gerar produção agrícola que fosse interessante do ponto de vista comercial, visto apenas como uso para a prática da pecuária extensiva de baixa intensidade e de grande capacidade extrativa, principalmente, para o uso de madeira para produzir carvão. Essa realidade foi desfeita quando o governo resolveu implementar políticas públicas com incentivos voltados para o setor agropecuário, acompanhadas de avanços tecnológicos que tornaram a região bastante acolhedora para a exploração agrícola. Gramíneas exóticas consideradas de alto valor nutritivo foram levadas para a região e implantadas, estimulando a criação de rebanho bovino, colocando o país entre as maiores criadores do mundo.

A exploração do bioma cerrado nos últimos cinquenta anos tem provocado grandes desastres que reduzem cada vez mais o número de árvores, tendo em vista a cultura errada de aproveitamento das árvores para a geração de carvão com a finalidade de alimentar siderúrgicas e servir para diversas atividades de uso doméstico e de lazer.

As carvoarias existentes que se espalham pela região são responsáveis pela destruição de 106,3 milhões de árvores em menos de quatro anos somente no estado de Goiás, diariamente 440 hectares de mata nativa do cerrado são cortados no Vale do Paraná, onde se encontram nascentes dos principais rios do país no nordeste de Goiás, vizinho ao Distrito Federal. (FUNATURA, 2005, p.33).

A legislação florestal do estado de Goiás proíbe o consumo de produtos de origem florestal nativa com objetivo de abastecer o mercado, o que foi reforçado pela portaria da agência ambiental de Goiás, datada de primeiro de janeiro de 2005, que proíbe a venda, o consumo e o transporte de carvão por tempo indeterminado. Essas madeiras provêm de carvoarias clandestinas e também de áreas de mineração e de propriedades particulares, revendidas pelos seus proprietários, contribuindo para uma atividade de caráter predatório, com a redução da



cobertura florestal do cerrado dando espaço às plantações de soja e ao pasto.

No estado de Minas Gerais, existem onze siderúrgicas. A madeira é utilizada para aquecer os altos-fornos na produção de ferro-gusa, considerada a matéria prima do aço que economicamente responde por 10% dos produtos exportados pelo estado. Aqui temos construída a perspectiva nefasta de que o cerrado pode desaparecer nos altos-fornos das siderúrgicas mineras num espaço de quinze anos, provocando, ao longo desse período, impactos ambientais que colocarão em risco as atividades turísticas em toda a região do cerrado, principalmente, nos municípios de Pirenópolis e de Caldas Novas. Os parques estaduais precisam ser rigorosamente fiscalizados, assim como todo o seu entorno, onde se localizam fazendas que desenvolvem o turismo rural e dependem da manutenção do bioma e preservação das nascentes e cachoeiras. Essa agressão ao meio ambiente pode provocar enchentes e transbordamentos de rios, ribeirões e córregos. O desmatamento e a ocupação desordenada e irregular de áreas verdes comprometem os mananciais existentes. As cascalheiras são outro grave problema, pois agrirem e destroem as matas ciliares comprometendo os mananciais. Autoridades e ambientalistas de Goiás e do Distrito Federal devem implementar ações de vigilância e programas de salvamento das matas que rodeiam os córregos e rios para manter a potabilidade da água que se consome nas cidades.

A revegetação implica qualidade de vida, um investimento para o futuro. As matas ciliares são filtros que reduzem e bloqueiam a chegada de lixo, de agrotóxicos e nutrientes aos rios. As contaminações por agrotóxicos, produtos químicos e esgoto doméstico tornam a água um vetor de transmissão de doenças, que podem até matar. As bacias do Rio Corumbá e do Rio das Almas sofrem com a perda da vegetação ciliar em áreas em que a ocupação desordenada e irregular ocorre e também pela presença de cascalheiras. Em alguns de seus trechos, as ocupações humanas chegam as suas margens. A impermeabilização do solo, resultante do asfaltamento e das construções nas ocupações, ajudaram a



aumentar a ocorrência de erosões dentro de Pirenópolis. Por onde passa o Rio das Almas essa realidade pode ser constatada. Para combater o impacto que o rio sofre, é necessário o replantio e trabalho de educação ambiental aos ribeirinhos. O assoreamento diminui a quantidade de água, podendo levar ao desaparecimento de rios, córregos e ribeirões.

A EXISTÊNCIA DE PRÁTICAS DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO DO CERRADO

Práticas de sustentabilidade no bioma cerrado devem levar em consideração os potenciais ativos naturais existentes que fazem parte de corredores preservados e que são parte de propriedades particulares, como RPPNs e propriedades rurais que desenvolvem o turismo rural. "O ecoturismo é fundamental nas diretrizes da sustentabilidade e merece ter mais investimentos no Brasil" (PINCHIARO, 2005, p.25).

Essa é uma realidade que identificamos como um dos caminhos para preservar sem impedir o crescimento econômico e, simultaneamente, estar realizando um novo mercado de atividades profissionais que não agridam a natureza. O turismo para o bioma cerrado é uma das alternativas que possibilitam a integração do homem com a natureza, numa nova alternativa para a geração de emprego e trabalho reduzindo a pressão sobre as cidades.

Os parques nacionais, as reservas biológicas e as estações ecológicas, essas áreas devem passar a obter ganhos advindos do ecoturismo, cobrar pela permanência de pesquisadores no local e explorar o direito de imagem, cobrar pelo uso da riqueza natural, como por exemplo, quem usa força hídrica deve contribuir com uma parcela do lucro para a preservação da área. A isso podemos denominar de sustentabilidade financeira para a preservação ambiental do bioma cerrado, mas... "Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa enfrentar o desafio de eliminar a pobreza e reduzir desigualdades e injustiças socioeconômicas" (RIBEIRO, 2004, p.76).

Para isso torna-se necessário:



Se considerar o manejo racional do meio ambiente e dos recursos naturais como uma dimensão a mais do desenvolvimento socioeconômico, e não como uma alternativa a este. Partir-se do princípio de que os problemas ambientais englobam dois aspectos distintos: o equilíbrio dos recursos, cuja oferta é limitada no planeta; e a própria qualidade do meio ambiente que, de um lado, influi na disponibilidade e qualidade dos recursos renováveis. (FARIA, 2004. p.98).

Ao longo da ocupação e exploração do Planalto Central, o bioma cerrado não foi ocupado fisicamente com essa preocupação. Os diversos governos, tanto no âmbito federal quanto estadual, não implementaram políticas ambientais em que essa preocupação servisse como base para sua exploração. A prática do turismo na região, que se desenvolve nos últimos vinte anos, começa da iniciativa privada implantar projetos que tenham essa prioridade acima destacada, mas ainda não absorveram totalmente essa prática, tendo em vista que as demais atividades de exploração da região concorrem desigualmente contra o que podemos considerar como prática de sustentabilidade ideal.

O homem, por meio do seu comportamento, tem três tipos básicos de relação com o meio ambiente: Segundo (FARIAS, 2004):

1. Ele constrói ecossistemas artificiais;
2. Ele tende a concentrar-se espacialmente (em ecossistemas que vão do simples assentamento ao centro urbano-industrial);
3. Ele tem preferência pela característica ecossistêmica da diversidade (natural ou artificial).

Esses fatores são preponderantes em nosso bioma cerrado. A prática de planejamento voltada para o turismo, aproveitando os corredores ecológicos existentes, pode ser considerada como uma nova prática correta de planejamento ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O aquecimento global hoje é alvo de grande preocupação apesar de atitudes pouco eficientes serem observadas por nações altamente industrializadas. O homem produziu uma civilização predatória que há mais de dois mil anos vem acumulando impactos ambientais que agora colocam em cheque a sobrevivência da espécie e de toda a biodiversidade. Quebrar esse paradigma é o grande desafio para o século XXI. Como fazê-lo? Que mecanismo adotar para reverter um processo extremamente selvagem de acumulação de riquezas materiais proporcional ao lixo produzido? Muito vem sendo feito com atuação de inúmeros projetos que buscam combater essa destruição ambiental. A nova civilização deve ser como bem disse Capra:

A sustentabilidade ecológica é um elemento essencial dos valores básicos que fundamentam a mudança da globalização. Por isso, várias ONGs, institutos de pesquisa e centros de ensino pertencentes à nova sociedade civil global escolheram a sustentabilidade como o tema específico de seus esforços. Com efeito, a criação de comunidades sustentáveis é o maior desafio dos nossos tempos (CAPRA FRITJOF, 2002, p.237).

O aquecimento global é a resposta da natureza contra as atividades humanas ao longo dos últimos dois séculos. É um alerta para forçar mudanças de atitude, caso contrário todas as espécies perecerão, e o planeta terra se transformará em uma esfera inabitável, girando no espaço, aguardando uma nova oportunidade para se recuperar.



REFERÊNCIAS

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O Brasil Redescoberto*. In Carta Capital Ano XI nº. 319 1º de dezembro/2004. p.51 São Paulo. SP.
- CARSON, Rachel. *Silent Spring*. Penguin Books. New York. 1962 p.168.
- CORRÊA, E.S.; ARRUDA, Z.J. de. *Avaliação preliminar do sistema de produção de gado de corte implantado no CNPGC*. Período: 1983/84 a 1986/87. Campo Grande: EMBRAPA-CNPGC, 1988. 30p. (EMBRAPA-CNPGC. Documentos, 38).
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia Brasileira: Economia e Diversidade*. Ed. Moderna. SP. 2004.
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 3. ed. Paz e Terra. 2001 p.88. Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Maurício Andrés. *Dicionarizar as Ecologias* in Série Planejamento e Gestão Ambiental. Editora Universa Nº. 5. 2004 p.76. Brasília. DF.
- RODRIGUES, Roberto. *Declaração do Ministro da Agricultura*. in Revista Veja edição 1.882 ano 37 nº. 47 p.35 1º. Dezembro/2004.
- SACHS, Ignacy. *Inclusão Social pelo Trabalho*. Garamond Universitária. SEBRAE. 2003. p. 164.
- _____, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Garamond Universitária. São Paulo SP 2002.
- _____, Ignacy. *Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado*. Editora Garamond. São Paulo. SP. 2005.
- _____, *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*, São Paulo, editora Vértice, 1986, pág. 18).
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Teoria do Sistema Mundo*. MIRANDA, Carlos Eduardo Ortolan, In Dossiê Cult Filosofia Contemporânea. Editora Daysi Bregantini São Paulo. SP. 2003.